

GERENCIANDO O DESASTRE: UMA ANÁLISE DAS TÁTICAS DISCURSIVAS NOS RELEASES DA VALE E DA SAMARCO

MANAGING DISASTER: AN ANALYSIS OF DISCURSIVE TACTICS IN VALE'S AND SAMARCO'S RELEASES

*Lucas Ryuji Kato Simas**

Cite este artigo: SIMAS, R. K. L. Gerenciando o desastre: uma análise das táticas discursivas nos releases da Vale e da Samarco. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 58-87, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O artigo analisa as táticas discursivas empregadas pelas firmas Vale e Samarco com vistas à gestão do desastre do Rio Doce e de suas consequências, tendo como foco os releases empresariais lançados após a ruptura da barragem do Fundão. Com o auxílio de um *software* de análise qualitativa, o NVivo, realizamos uma análise de discurso dos releases empresariais, a partir da hipótese que ambas traçariam táticas discursivas distintas ao se posicionar diante do desastre. Tal análise foi combinada com as contribuições da sociologia econômica e sociologia ambiental e permitiu apontar que os posicionamentos discursivos dessas firmas estão relacionados com suas estratégias corporativas, na medida em que as táticas discursivas podem ser consideradas parte das estratégias sociais das firmas extrativas, com vistas a sustentar suas atividades de captura de valor e capacidade de exercício de poder. Classificamos as táticas discursivas das firmas a partir de um conjunto ordenado de seis retóricas acerca do desastre, que apresentam características diferenciadas e complementares.

Palavras-chave: Estratégia social; Análise de discurso; Release empresarial; Desastre ambiental; Vale

Abstract: The following paper analyses the discursive tactics employed by the firms Vale and Samarco concerning the management of the Rio Doce disaster and its consequences, with emphasis on the corporate releases published after the Fundão dam failure. The investigation mobilized discourse analysis techniques, employing the qualitative analysis software NVivo, expecting that each firm would outline distinct discursive tactics when positioning themselves in relation to the disaster. This analysis was combined with the contributions presented by economic sociology and environmental sociology and allowed us to point out that the discursive positionings of these firms are related to their corporate strategies, in so far as the discursive tactics can be considered parts of the social strategies developed by extractive industries, intended to maintain their activities of value capture and conditions for exercising corporate power. These discursive tactics were categorized according to an ordered set of six rhetorics concerning the disaster, that present differentiated and complementary features.

Keywords: Social strategy; Discourse analysis; Press release; Environmental disaster; Vale

O surgimento do construcionismo ambiental em resposta a uma sociologia ambiental predominantemente “realista” (HANNIGAN, 2009), encarregada de documentar questões ambientais objetivas (mudanças climáticas, extinção de animais, desastres ambientais etc.), constitui um marco na investigação propriamente sociológica dos problemas ambientais como produto de definição, negociação e legitimação social. Dessa forma, este artigo parte de um enfoque construcionista, abordando as discussões de percepção e poder, e discutindo hegemonia e discurso como elementos constitutivos dos problemas ambientais.

A noção de discurso pode ser entendida como uma série de “enredos” que atribui significados ao mundo e que suscita debates e compromissos, segundo Hannigan (2009). Para esse autor, os argumentadores de problemas ambientais engajam-se em diversas atividades, em um processo contínuo de definição coletiva do problema e aperfeiçoamento dela por meio da ação coletiva, que passa de sua descoberta até o desenvolvimento de uma política pública. Nesses termos, seguindo a teoria de Hilgartner e Bosk (1988 *apud* HANNIGAN, 2009), segundo a qual os problemas ambientais são argumentados em arenas competitivas, Hannigan (2009) sugere que existe uma disputa pelos termos que vão definir o problema.

Como é possível perceber, o autor aborda a questão dos discursos ambientais dispensando o ônus da dúvida principalmente sobre movimentos sociais. Entretanto, este trabalho pretende investigar justamente o outro lado do espectro social e político, questionando como duas empresas, envolvidas no que tem sido considerado o maior desastre ambiental do país, produziram discurso através de boletins de imprensa para salvaguardar suas reputações e atividades. Embora seja esperado que empresas envolvidas em desastres neguem ou tentem afastar suas imagens do acontecimento, as maneiras específicas por meio das quais buscam fazê-lo merecem exame dedicado.

As três empresas diretamente implicadas no rompimento da barragem do Fundão, Samarco Mineração S.A. (Samarco), Vale S.A. (Vale) e BHP Billiton Brasil Ltda. (BHP Billiton), produziram um sem-número de materiais que tratam do desastre de modo direto ou indireto, variando entre si o volume e a qualidade desses materiais. Todos esses materiais – entrevistas, relatórios, coletivas de imprensa, boletins de imprensa, declarações de representantes, vídeos institucionais, peças de propaganda etc. – podem ser levados em conta para analisar os posicionamentos adotados por essas empresas no cenário que se desenvolveu e no qual elas eram alvo de contestação. O trabalho aqui apresentado enfoca, não obstante, especificamente os *releases* das empresas, recorte já consagrado pela literatura de análise de discurso e de estudos organizacionais, e que se apresenta particularmente útil para o objeto em questão.

De acordo com Costa e Carvalho (2005), um emissor produz uma mensagem marcadamente diferente quando existe a possibilidade de ela ser reapresentada para milhares de pessoas do que quando o emissor é interpelado por entrevistadores, que irão veicular sua mensagem somente para o meio acadêmico. Esta é a vantagem principal em escolher *releases* empresariais, que muitas das vezes são reproduzidos quase integralmente, ou parafraseados, nos principais veículos de mídia.

Assim, tanto a Samarco quanto a Vale e a BHP Billiton produziram *releases* que tratavam do desastre direta ou indiretamente. Entretanto, havia uma disparidade na quantidade destes: a Samarco

havia divulgado 45 boletins, a Vale, outros 19, enquanto a BHP Billiton havia publicado um número irrisório dessa peça de comunicação. Foi este o fator que nos levou a analisar somente os *releases* da Samarco e da Vale, deixando de lado os da BHP Billiton. Além disso, a existência da BHP Billiton como uma das controladoras da Samarco só se tornou fato conhecido pela opinião pública com a cobertura midiática do desastre, o que reduz ainda mais a sua importância enquanto produtora de discurso. O comportamento dessa firma nesse arranjo será explicado com mais detalhe na seção de conclusão.

Este artigo é composto por seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, discute-se como foi feita a abordagem dos *releases* e como foi empregado um *software* de análise de dados. Em seguida, traçamos um breve panorama do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton (MANSUR *et al.*, 2016) e explicitamos alguns conceitos-chave para a compreensão da problemática. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os principais quadros teórico-conceituais que guiaram a investigação. Na seção de resultados, é proposta uma tipologia para analisar as táticas discursivas das firmas, com base em seis retóricas – de responsabilização, de escala, técnica, de acidente, jurídico-legal, e de envolvimento – a partir dos dados presentes nos *releases*. Por fim, na seção de conclusão, indicamos as semelhanças dos nossos achados com a literatura sobre estratégia corporativa, assim como uma interpretação possível dos objetivos das empresas em questão ao se posicionarem diante do desastre.

1. Metodologia

Como objeto de análise, foram recolhidos e analisados 64 releases de imprensa veiculados pela Vale (19 releases) e Samarco (45 releases) no período compreendido entre a data do desastre – 5 de novembro de 2015 – e maio de 2017, data de início desta pesquisa. Os releases foram extraídos dos endereços eletrônicos oficiais de ambas as empresas, que contam com ferramentas de busca dedicadas, o que torna possível a procura de termos específicos em determinado espaço temporal. Para selecionar os releases pertinentes, filtramos as buscas com o termo “fundão” (em referência à barragem de Fundão), salvando individualmente em documento .PDF (Portable Document Format) os releases que tratam do desastre de formas direta ou indireta.

O primeiro passo da análise consistiu em uma leitura superficial desses releases, com vistas a entender a tônica adotada pelas empresas, a diferença de linguagem empregada, a forma do texto e a aparência estética do documento. A partir dessa primeira aproximação, foi possível perceber que os releases da Samarco não possuem padrão único de diagramação, são marcados por linguagem simples e por textos repetitivos e pouco extensos; enquanto os releases da Vale costumam ser mais longos, apresentando linguagem formal e seguindo um padrão textual. Ficou evidente, ainda, a brevidade dos primeiros releases divulgados, com posterior adensamento de informações e inclusão de declarações de representantes das empresas.

Posteriormente, decidiu-se pelo uso de um software da análise qualitativa de dados, o QRS NVivo, nas versões 10 e 11, programa multimídia que oferece ferramentas de pesquisa e de codificação de arquivos de diversas naturezas. Os releases, em forma de arquivo .PDF, foram alimentados ao programa como fontes externas, para então serem analisados por meio de duas ferramentas: “Frequência de palavras” e “Busca de palavras”.

de “responsabilização social” (CHOI, 2012, p. 425), “mortificação” e “defensiva” (CHOI, 2012, p. 426) [1].

2. O desastre, seu impacto e a reação

A manhã do dia 5 de dezembro de 2015 marca o início de um rastro de destruição ainda sem limites totalmente definidos: uma barragem de rejeitos rompida, dois distritos de Mariana completamente arrasados, mais de um milhão de pessoas atingidas, fauna e flora comprometidas, bacia do Rio Doce contaminada e quase 80 milhões de toneladas de lama espalhadas por quase três estados até chegar ao Oceano Pacífico através do estado do Espírito Santo (MANSUR et al., 2016; MILANEZ, 2016). Esses são somente os impactos visíveis causados pelo rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da Samarco, que comprometeu a vida da população direta ou indiretamente afetada pelo desastre, subtraindo-lhe suas moradas, laços afetivos com as localidades, fontes de renda e meios de subsistência. O impacto sobre o meio ambiente também foi expressivo, contaminando com metais pesados, solventes e resíduos tóxicos a fauna e flora da região, comprometendo a bacia do Rio Doce e seu fluxo. Além de tornar impraticáveis a pesca e o turismo na região, afetou diretamente populações tradicionais, principalmente indígenas, sobretudo pela importância simbólica do rio.

O que se seguiu ao desastre foi um curto período de choque e incredulidade, com a ânsia por mais detalhes e o desespero de muitos brasileiros para contatar seus familiares no ainda indefinido (des)território da lama. Porém, o período de assimilação e inação foi curto, com diversos artistas e coletivos artísticos [2] produzindo criticamente [3] a partir dos impactos do desastre. Entretanto, o que nos interessa aqui são as reações sociais e políticas que o rompimento suscitou.

A literatura que vem sendo produzida pelo desastre tem sido bem-sucedida em apresentar tanto um panorama sobre os fatores políticos e econômicos atrelados ao desastre (MANSUR et al., 2016; MILANEZ, 2016), quanto ao focalizar as especificidades e impactos mais localizados (PASSOS; COELHO; DIAS, 2017; ANAZAWA; BONATTI; CARMO, 2017). Como contribuição para essa crescente produção, pretendemos aqui analisar as táticas discursivas adotadas pelas empresas Vale e Samarco para dar conta das atividades contestatórias (HOMMEL; GODARD, 2005) promovidas pelos atingidos e pela sociedade civil.

A premissa adotada aqui é de que, com o rompimento da barragem, as atividades das empresas envolvidas, até então fechadas ou afastadas do escrutínio público, tornaram-se contestáveis

[1] As categorias utilizadas por CHOI (2012) são próprias à literatura de Relações Públicas e Comunicação. Segundo o autor, o frame “responsabilização social” é uma marca nos releases que indica a iniciativa da empresa de se responsabilizar parcialmente pelo desastre. “Mortificação” indica a atitude de oferecer compensação para as vítimas e “defensivo” seria o posicionamento das empresas nos releases demonstrando que não fugiriam das consequências do desastre.

[2] A produção artística que se desenvolveu a partir do desastre alcançou grande difusão tanto nos noticiários quanto nas galerias de arte do país, como também em exposições de rua. A lama tornou-se um dos veículos principais para a expressão artística e protesto, sendo utilizada como tinta para retratar os impactos do desastre ou como matéria escultórica, por sua composição de materiais pesados e tóxicos. A fotografia também foi um dos principais recursos utilizados para a representação tanto simbólica quanto realista do desastre, originando diversas exposições que percorreram o país (ARTENAREDE, 2016; BRASIL DE FATO, 2017; DW BR, 2017).

[3] Em Boltanski e Chiapello (2009), os autores desenvolvem dois conceitos essenciais para entender as fontes de indignação em relação ao capitalismo: a “crítica estética” e a “crítica social”. A primeira está baseada em pontos de vista boêmios e artísticos, que aponta o capitalismo como produtor de inautenticidade e opressão. Já a “crítica social” parte de uma objeção moral aos produtos do capitalismo, principalmente o egoísmo das classes burguesas e a crescente miséria produzida entre as classes populares.

(HOMMEL; GODARD, 2005) pelos atores relevantes. O que se segue é a formação de uma arena (DE SARDAN, 2005 *apud* RAMALHO; SANTOS; LIMA, 2013) envolvendo as empresas, os atingidos, os poderes públicos, a mídia e a opinião pública nacional. Dessa forma, em um cenário de alta contestabilidade (HOMMEL; GODARD, 2005), as empresas veem-se pressionadas a justificar-se defensivamente e a dar prosseguimento ao processo de acumulação (BOLTANSKI; CHIAPPELO, 2009) por meio da retomada das operações da Samarco. Assim, as empresas buscam produzir um discurso ‘justo’ acerca das causas, dos efeitos e sobre a natureza dos agentes envolvidos no desastre e sua responsabilidade, principalmente na forma de boletins de imprensa, que iremos analisar, mas também de entrevistas, vídeos institucionais, coletivas de imprensa etc.

De um modo geral, os estudos sobre contestação giram em torno de alguns conceitos-chave, tais como: estrutura de oportunidades, processo político, campo, espaço institucional e atores. Esta produção tem cada vez mais se afastado das investigações sobre contestação que tomam o Estado como alvo, para lançar o enfoque sobre firmas (SOARES, 2004; ANCELOVICI, 2009; SANTOS; MILANEZ, 2015). Tal transição não se deu unicamente em razão de linhas de pesquisa preferenciais. Dessa forma, KING (2010, p. 252) cita três razões para tal mudança de enfoque. Primeiro, o avanço da liberalização dos mercados e a dominância de ideologias neoliberais, elementos de fortalecimento de empresas transnacionais diante dos poderes regulatórios dos Estados nacionais, que se tornaram reféns da capacidade das primeiras de transferirem seus centros produtivos para países da periferia do capitalismo. Segundo, a percepção dos mercados como instituições mais dinâmicas que Estados, sendo capazes de se adaptar às demandas de movimentos sociais. E, finalmente, o autor defende que muitos movimentos sociais almejam mudanças nas práticas éticas das empresas, optando por confrontá-las diretamente.

A relevância das empresas envolvidas no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton transcende a esfera econômica, se espalhando por dimensões política e social. É essa permeabilidade entre os mundos econômico e não econômico que permite um desastre ambiental tornar as firmas envolvidas em alvos-chave de contestação social (HOMMEL; GODARD, 2005), convertendo, paralelamente, os agentes responsáveis pela contestação, e suas estratégias, em foco da gestão das firmas.

No caso analisado, a dimensão do desastre provocou uma situação altamente conflitiva entre os agentes envolvidos, oriundos de esferas diversificadas e apoiados por discursos específicos. É, assim, diante de um contexto em que “grupos estratégicos heterogêneos, possuidores de diferentes níveis de poder” (DE SARDAN, 2005, p. 184 *apud* SANTOS, 2016, p. 300) se defrontam que propomos abordar a atuação dessas empresas como fazendo parte de uma arena, expandida inadvertidamente a partir do desastre.

A principal vantagem em utilizar a noção de arena como ferramenta analítica é a capacidade de considerar os atores como protagonistas em um palco, em constante confronto. Aqui as metáforas que envolvem discurso, atores, arena e palco são múltiplas, mas não deixam de ser relevantes para apontar o caráter interacionista e local dessas relações. Abordar esse confronto como se fosse uma arena atribui aos atores uma importância metodológica, ou seja, preza pelas suas estratégias e lógicas próprias (CARNEIRO, 2012, p. 134).

A arena “toma um espaço social em um sentido mais imediato no qual os atores possuem algum tipo de consciência das disputas que se desenrolam em seu interior” (CARNEIRO, 2012, p. 143). A partir disso, é possível considerar os releases como sendo ‘termômetros’ da arena, que reagem reiteradamente às ações de movimentos sociais, Poder Judiciário, mídia, populações afetadas, acionistas, governos etc., já que estes atores se deparam com uma necessidade constante de tomada de posição.

Esta pesquisa não se propôs a mapear a arena que surgiu a partir do desastre, mas também não pôde deixar de esboçá-la. Neste contexto, estão presentes as empresas envolvidas diretamente no desastre, a Vale e a BHP Billiton como controladoras da Samarco, os acionistas, a população atingida e aqueles que assumiram a defesa dos interesses dos afetados, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o jornal A Sirene, os ministérios públicos de Minas Gerais e Espírito Santo e os grupos de estudos acadêmicos. Diante desse breve panorama, pode-se ter noção da disparidade de poderes e hierarquias presentes nesta arena, em que os atores menos influentes precisam se posicionar ativamente para não serem suprimidos pelos atores detentores de influência política, econômica e social.

3. Estratégias corporativas, estratégias sociais e táticas discursivas

De modo geral, a noção de estratégia corporativa pode ser definida como o conjunto das atividades desenvolvidas por uma firma com o objetivo de mobilizar recursos e exercer poder (SANTOS; RAMALHO, 2015, p. 9) e a posterior gestão desses recursos em direção aos objetivos econômicos, políticos e sociais desta. Mais especificamente,

[...] a estratégia pode ser definida como um repertório de ações coordenadas desempenhado por um ou mais agentes com vistas a: (1) elevar sua capacidade de criar, ampliar e/ou capturar valor; (2) expandir seu poder e/ou reduzir o poder de outros agentes; e/ou (3) alterar as condições de enraizamento em seu favor. (SANTOS; MILANEZ, 2017, p. 10).

Segundo Santos e Milanez (2017), tendo em vista as condições específicas da indústria extrativa mineral, é possível operacionalizar a estratégia corporativa a partir de seis dimensões: social, institucional, territorial, financeira, de mercado e de relações de trabalho.

Primeiramente, a estratégia social engloba as atividades da firma voltadas a influenciar agentes de sociedade civil, com vistas a angariar seu apoio ou dissuadir atividades contestatórias, antecipando-se a elas. Por sua vez, a estratégia institucional diz respeito à relação entre a firma, o Estado e demais agentes políticos, envolvendo-se em debates parlamentares sobre legislação, influenciando agências reguladoras e através de atividades de lobby etc. Além disso, sendo completamente dependentes do acesso a recursos naturais, empresas extrativas desenvolvem estratégias territoriais particulares, que envolvem a aquisição e apropriação de terras, enfrentamentos em torno do acesso aos recursos minerais e hídricos, assim como disputas com atividades paralelas desenvolvidas no território, dentre outras questões. Prosseguindo, as atividades que envolvem a obtenção e gestão de recursos econômicos por parte das firmas, e, por outro lado, seus padrões de investimento desses recursos, dizem respeito, respectivamente, às estratégias financeira e de mercado.

Finalmente, a estratégia de relações de trabalho tem como objetivo o controle da força de trabalho, através da gestão das relações de trabalho, da duração da jornada de trabalho e de planos de contratação, de subcontratação e de demissão, dentre outros elementos.

Uma distinção adicional é necessária, sendo importante frisar a diferença entre os conceitos de estratégia e de tática. As táticas podem ser entendidas como derivações das estratégias corporativas, já que se realizam em situações particulares e demandam respostas específicas do agente envolvido na ação; sem, entretanto, desviar dos padrões característicos das estratégias (territorial, social, institucional, financeira, de mercado e de relações de trabalho) delineadas pelas empresas. É neste sentido que o presente artigo se alinha com as frentes de investigação sobre estratégias corporativas (RAMALHO; SANTOS; LIMA, 2013; SANTOS; RAMALHO, 2015; SANTOS; MILANEZ, 2017), já que as táticas discursivas que propomos analisar podem ser consideradas um desdobramento das estratégias sociais adotadas pelas empresas para justificar e legitimar suas atividades.

Dessa forma, a investigação analisou como foi construído o discurso empresarial da Samarco e da Vale após o desastre. Por discurso empresarial, entendemos as práticas mobilizadas por uma empresa para garantir um posicionamento sobre suas atividades diante de contestação social (HOMMEL; GODARD, 2005). É importante sublinhar que, produto de uma construção social (HANNIGAN, 2009), tal discurso pretende ser (a) coletivo, para legitimar a empresa junto à opinião pública e ampliar sua abrangência, (b) institucional, para garantir a formalidade esperada de uma empresa no contato com as partes interessadas, em forma de um “diálogo” vertical e (c) racional, já que se constrói como uma estratégia (SANTOS; MILANEZ, 2017; GIFFONI PINTO, 2015), antevendo reações e buscando veicular um posicionamento cauteloso da empresa diante de situações de risco.

Esse enfoque centrado no discurso integra uma abordagem construcionista ambiental (HANNIGAN, 2009) diante de desastres naturais, que evita o debate sempre mutável sobre as categorias envolvidas e o estatuto dos atores, para analisar como as questões ambientais são definidas, negociadas e legitimadas.

Podemos definir discurso, de forma abrangente, como as “palavras, gestos, expressões e comunicações não verbais” (FARIA; MENEGHETTI, 2001, p. 6) emitidos por atores sociais específicos, que acabam gerando construções da realidade que se tornam aceitas e legitimadas por outros. É nessa capacidade de construção de realidade que o discurso cria um terreno comum entre aqueles que estão envolvidos e sujeitos à sua construção, como uma forma de criar coesão e evitar conflitos (FARIA; MENEGHETTI, 2001). O discurso tem, então, a capacidade de gerar uma realidade material, em que as palavras e as noções difundidas por ele são aceitas como tal (HARDY, 2001).

Os estudos organizacionais valorizam a capacidade do discurso de construir a realidade em sentido forte. Dessa forma, táticas discursivas são produzidas por organizações em um estilo simples e direto, despersonalizado e imparcial, de modo que não parecem estar associadas a ninguém, a nenhum grupo particular ou interesse privado, justamente para criar um senso de coesão e objetivo comum em uma organização marcada por heterogeneidade entre seus funcionários, ideais, funções, divisões etc. (BARRY; ELMES, 1997).

Após revisão da literatura de análise de releases empresariais (HARLOW; BRANTLEY; HARLOW, 2010; CHOI, 2012; HARLOW; HARLOW, 2013), ficou evidente a diversidade de metodologias empregadas para analisar tais dados. Tais pesquisas tornam-se especialmente proveitosas se levarmos em conta a onipresença de equipes de relações públicas em empresas, cuja função primordial é balizar a relação da empresa com a população. Essas empresas produzem documentos de variadas naturezas – como releases, vídeos, entrevistas, campanhas publicitárias, falas de representantes, declarações em coletivas de imprensa, notas de esclarecimento – que veiculam o seu posicionamento diante das questões que surgem em razão das suas atividades.

Como boa parte das pesquisas que analisam releases empresariais, os documentos em questão geralmente estão ligados a empresas extrativistas e vêm à tona no decorrer de desastres com grandes impactos ambientais. Nessas situações, boletins de imprensa tornam-se fontes ricas em informações sobre as empresas, o desastre, a política local, os atores envolvidos e as suas táticas discursivas. Segundo Harlow (2013, p. 197), releases são interessantes justamente porque são a própria narrativa criada pela empresa para dar conta do caso. São nessas situações que a responsividade das empresas é colocada em questão, e os releases podem ser analisados como fontes para esclarecer os seus posicionamentos diante do desastre.

Dessa forma, Harlow e Harlow (2013) se prestaram a analisar a reação da petroleira British Petroleum (BP) à crise desencadeada pelo desastre da Deepwater Horizon, no Golfo do México, que causou danos incalculáveis à flora, fauna, turismo e indústria pesqueira da região. A empresa em questão, única operadora da plataforma petroleira, empreendeu uma campanha duradoura para reparar os danos causados pelo desastre e recuperar sua imagem pública. Os pesquisadores coletaram 128 releases e codificaram manualmente cada release com um único código, a fim de categorizar os documentos em razão do seu conteúdo e mês de veiculação para analisar como a BP reagiu diante da crise. Para codificar os releases, utilizaram 14 enquadramentos propostos por Benoit (1995) em estratégias de restauração de imagem, ligados às teorias de relações públicas.

Assim como o anterior, o artigo de Choi (2012) pesquisou releases empresariais com o intuito expresso de averiguar os erros cometidos pelas empresas nas suas estratégias e como poderiam melhorar suas relações públicas. O interesse foi identificar as estratégias de reparação de danos, e não uma análise dos releases em si; se as empresas foram bem-sucedidas, e não como o discurso foi construído. Para tanto, os pesquisadores envolvidos selecionaram as palavras-chave de cada release e os classificaram a partir de 5 enquadramentos. O artigo conclui que a empresa falhou ao descrever o desastre tecnicamente, quando poderia ter sido mais bem-sucedida se fosse maior o número de releases que adotassem perspectivas de responsabilidade social e filantrópicas.

Ao contrário das pesquisas supracitadas, que utilizaram codificação manual dos releases e analisaram-nos através de teorias de comunicação, a presente pesquisa fez uso de um software de codificação que permitiu integrar teorias de análise de discurso, construcionismo ambiental e sociologia econômica. Diferentemente das anteriores, o objetivo não foi averiguar o sucesso ou fracasso das estratégias das empresas ao lidar com os desastres através dos releases; primeiro, porque tal objetivo não caberia em uma pesquisa de iniciação científica e, segundo, porque teriam que ser

levada em conta uma quantidade e diversidade muito maior de dados para analisar a recepção dos releases pela opinião pública, o comprometimento e lealdade das empresas com suas promessas etc.

Para analisar tais resultados, recorreremos ao aporte da Análise Sociológica do Discurso (AQUINO, 2014), que aponta três níveis fundamentais para se compreender um discurso: (1) informacional/quantitativo, (2) estrutural/textual e (3) social/hermenêutico. O primeiro nível está voltado para a apreciação das palavras com maior ocorrência no texto, buscando as associações possíveis entre elas. O segundo analisa a estruturação do texto e o uso da linguagem. Já o terceiro nível é a análise sociológica do discurso por excelência, em que o texto e o contexto são confrontados numa tentativa de explicitar a realidade social na qual estão inseridos, a significância do texto para o enunciador e para os ouvintes, a posição do enunciador no contexto, a forma do discurso e os “espaços e conflitos sociais que produzem, e são produzidos, pelos discursos” (ALONSO, 1998, p. 202 apud AQUINO, 2014, p. 197).

Os pesquisadores ligados à Análise Sociológica do Discurso apontam para a interdependência entre os três tipos ou níveis de abordagem, que chega à sua realização máxima no terceiro nível, em que o discurso é o ponto de partida e de chegada para se entender o contexto no qual ele surge. Como esclarecemos na seção de metodologia, o uso de software de análise qualitativa permitiu o rastreamento das palavras e enunciados mais comuns nos boletins de imprensa. Ou seja, realizamos uma análise informacional/quantitativa do texto. Entretanto, os boletins foram enfocados exclusivamente como fontes de dados para evidenciar o posicionamento das empresas a respeito do desastre de Mariana. A partir da análise das palavras mais frequentes, buscamos compreender, tendo sempre em mente o contexto do desastre e das possíveis reações aos boletins, como as empresas delinearam suas estratégias sociais – em especial, concentrando-se em suas táticas discursivas – para fazer frente à contestação social. Portanto, realizamos dois tipos de análise no âmbito da Análise Sociológica do Discurso, a informacional/quantitativa e a social/hermenêutica, sendo ambos os enfoques mutuamente informados.

4. Diferenciação e complementaridade nas táticas discursivas da Samarco e da Vale

Inicialmente, considerando uma perspectiva puramente quantitativa, a diferença na quantidade de releases produzidos pelas duas firmas parece ser explicada de maneira direta: a Samarco tinha que responder a um questionamento maior por parte da sociedade do que a Vale. Ou seja, já fica evidente, desde o início, que a Samarco foi a empresa que mais se posicionou discursivamente sobre o desastre, assumindo centralidade na relação com a opinião pública.

Uma diferença substantiva entre os releases da Samarco e os da Vale é a quantidade de vezes que cada uma cita as demais empresas. O fato que mais chama atenção, à primeira vista, são as pouquíssimas menções à Vale (17 citações) e à BHP Billiton (14) nos releases da Samarco, ao mesmo tempo em que há consideráveis autorreferências (361 resultados para “Samarco”), demonstrando que a empresa tomou a posição de explicar o desastre a partir de si própria e, conseqüentemente, indicando uma tendência de autorresponsabilização. Em contraponto ao posicionamento da Samarco,

os releases da Vale citam inúmeras vezes a Samarco (124) e medianamente a BHP Billiton (27), apesar do número menor de releases (19, em oposição aos 45 da Samarco).

A Samarco vem enfrentando questionamentos diretos da sociedade como um todo e dos respectivos órgãos regulatórios, os quais devem ser prontamente atendidos para que suas atividades operacionais sejam retomadas [4]. Sendo assim, seu discurso é endereçado principalmente àqueles diretamente afetados pelo desastre. Já a Vale responde a demandas adicionais, principalmente advindas da opinião pública nacional e estrangeira, dos interesses dos acionistas e das diferentes esferas do Poder Executivo, assumindo um discurso mais amplo e multidirecionado. Dessa forma, por mais que tenha investido cuidadosamente na sua reputação ao longo dos anos [5], a implicação direta da Samarco no desastre é inevitável. Por sua vez, a BHP Billiton exime-se quase completamente pela sua atuação como controladora não operacional, ao mesmo tempo em que a Vale é a empresa com a situação mais vulnerável a perdas reputacionais.

Esse contraste pode ser indicativo de uma espécie de ‘divisão do trabalho’ das empresas, voltada prioritariamente à proteção da imagem da Vale, com a Samarco se colocando como a ‘jogadora’ principal da arena, articulando os conflitos a partir de si mesma, ao mesmo tempo em que a Vale participa tangencialmente dos confrontos entre os atores envolvidos. Tais posicionamentos são coerentes com as responsabilidades imediatas das empresas e suas estruturas corporativas, ilustrando como as empresas atuaram em uma arena altamente conflituosa. O que parece se delinear aqui é uma tentativa de salvaguardar a Vale, que denominamos como (i) retórica de responsabilização, apoiada no número de vezes em que as empresas citam umas às outras, na quantidade de autorreferências feitas pela Samarco e pelo tom adotado nos seus boletins de imprensa, sempre focalizando os efeitos diretos do desastre.

Em consonância com essa retórica de responsabilização centrada na Samarco, são mais comuns, nos releases da Vale, menções aos estados afetados – em detrimento dos municípios e distritos; à necessidade de fornecimento de água para toda a região (54), a valores vultosos (36 resultados para milhões e bilhões de reais) para as medidas emergenciais e para a criação de fundos (13), e recuperação ambiental e social (29) em escala regional (rio Doce, afluentes, bacia hidrográfica). Além disso, são numerosas as menções aos acordos com entes governamentais estaduais e federais (43), termos de ajustamento de conduta e de compromisso (19) e a menção recorrente à criação da Fundação Renova.

[4] O boletim de imprensa emitido pela Samarco no dia 07/12/2017, “Retorno de operações da Samarco incorpora novas soluções para tratamento dos rejeitos e busca a máxima segurança”, parece indicar no seu título que a empresa já retomou as atividades extrativas. Entretanto, o texto consiste na descrição das novas tecnologias que serão implementadas para o tratamento de rejeitos, propostas no Licenciamento Operacional Corretivo (LOC), protocolado pela empresa em setembro de 2017, que visa regularizar as licenças ambientais a fim de retomar as atividades. Há também um resumo das ações empreendidas pela empresa desde a paralisação das atividades, com uma interessante seção intitulada “Aprendizados” – ecoando uma declaração do então diretor-presidente Roberto Carvalho presente no boletim –, que sumariza as soluções técnicas que a empresa adotou em suas unidades operacionais.

[5] Tanto a Vale quanto a Samarco possuem certificações atribuídas pela International Organization for Standardization (ISO); as mais notórias são a ISO 14001 e ISO 9000. Clapp (1998) aponta que estas certificações são produtos de uma interação híbrida entre entidades públicas e privadas, que participam da criação e manutenção de diretrizes e modelos de gestão e operação. O que está em questão é a legitimidade e transparência dos órgãos e empresas envolvidos nos processos de certificação, pois os procedimentos não são abertos a escrutínio público.

Em contraste, a escala da atuação da Samarco diz respeito, quase exclusivamente, aos acontecimentos locais e aos seus envolvimento diretos com atores interessados; por isso, há extenso detalhamento e menção às cidades e localidades afetadas. A prevalência de cidades e municípios mineiros nos releases confirma a hipótese de uma orientação estratégica por parte das empresas voltada a circunscrever o desastre à escala local: Mariana (86), Bento Rodrigues (43), Barra Longa (32) e Paracatu de Baixo (19) aparecem constantemente nos releases, enquanto há somente um município capixaba entre os mais citados (Anchieta, com 28 menções).

A diferença entre os posicionamentos nas escalas micro e macro, ou local e regional, fica evidente no quadro comparativo a seguir. A Samarco cita frequentemente acontecimentos locais e seu envolvimento direto nas comunidades; menciona, prioritariamente, municípios e cidades de Minas Gerais e os acordos que fez com as autoridades desses governos; além de citar, frequentemente, os atingidos pelo desastre, como os empregados, as famílias e os animais da fauna local. Já nos releases da Vale, evidencia-se uma abordagem macro, com referências aos estados envolvidos e aos acordos de amplitude nacional com o poder público. Outro ponto importante diz respeito à forma como são tratados os esforços de recuperação ambiental e social, cuja amplitude é sempre regional, voltada, principalmente, para a bacia do Rio Doce, e vultosos valores são mencionados com destino a essas providências. Neste sentido, as construções retóricas adotadas pelas empresas dizem respeito a escalas territoriais diferentes e a amplitudes de ação distintas, que podem ser adequadamente compreendidas a partir da noção de (ii) *retórica de escala*.

VALE (19 releases)	SAMARCO (45 releases)
124 menções à Samarco e 27 menções à BHP Billiton	17 menções à Vale e 14 menções à BHP Billiton
Escala nacional e internacional	Escala dos acontecimentos locais e de envolvimento direto
Menção aos estados atingidos	Predominância de cidades e municípios de MG
Recuperação ambiental e social à nível regional	Recuperação e contenção da barragem; descrição técnica
Acordos com governos e termos	Referência a acordos em escala local
Menção a vultosos valores	Menção aos empregados, animais, comunidades, famílias e moradores atingidos
Fundação Renova citada em 3 releases	Fundação Renova citada em 12 releases

Figura 2 – Quadro comparativo dos releases. Fonte: o autor.

As palavras dique (52), barragem (68) e rompimento (44) também formam um corpo de descrição bastante frequente nos releases, indicando, sobretudo, a inclinação da Samarco em expor extensamente o desastre e as medidas tomadas. Tais esforços da empresa ficam claros nas numerosas referências às ações de recuperação, contenção e reconstrução. Essa descrição técnica das barragens, dos diques e do rompimento pode ser entendida de maneira tipificada como uma (iii) *retórica de*

técnica [6], uma vez que essas expressões são usadas, constantemente, com o intuito de reforçar a narrativa das empresas sobre a total estabilidade da barragem antes do desastre.

Seguindo esta lógica, só haveria a possibilidade de o evento ser resultado de um acidente, como fica aparente na busca pelo termo “desastre” e seus sinônimos, que resultou em 55 citações, das quais 54 referem-se à palavra “acidente”. De maneira exemplar, o boletim do dia 20 de outubro de 2016 reforça esta evidência, já que, nele, a Samarco reage às acusações do Ministério Público Federal (MPF) sobre o conhecimento prévio da empresa no que diz respeito à instabilidade da barragem.

A Samarco refuta a denúncia do Ministério Público Federal, que desconsiderou as defesas e depoimentos apresentados ao longo das investigações iniciadas logo após o rompimento da barragem de Fundão e que comprovam que a empresa não tinha qualquer conhecimento prévio de riscos à sua estrutura” (Samarco, 2016a).

Ao contrário das nossas expectativas, não há nenhuma menção a desastres naturais ou tremores, fator levantado como causador potencial logo após o desastre (G1 MG, 2015). Tais menções poderiam ser usadas como justificativa para a total desresponsabilização das empresas. Entretanto, a narrativa explicativa é a de que o rompimento foi resultado de um acidente e, em consonância com a ideia de que os riscos ambientais podem ser mitigados por meio do aperfeiçoamento tecnológico – definida por Martinez-Alier (2007) como base do “credo da ecoeficiência” –, a empresa busca modificar as tecnologias a ser utilizadas nas futuras barragens. Diante destes elementos, podemos ressaltar aqui a existência de uma (iv) retórica de acidente, pois as empresas evitam enfaticamente a utilização do termo “desastre”, que seria o mais apropriado [7], para tratar o acontecimento como um “acidente”, numa tentativa de limitar, na medida do possível, suas responsabilidades.

Como já mencionado anteriormente, são recorrentes as referências aos diferentes acordos firmados com o Ministério Público, aos acordos coletivos firmados com trabalhadores e atingidos e aos acordos realizados com os entes governamentais (municípios, estados e União), evidenciando a publicização dos esforços de recuperação. Isto pode indicar que estamos diante de uma (v) retórica jurídico-legal, já que a empresa menciona constantemente tais acordos para demonstrar que os devidos procedimentos legais estão sendo tomados.

São irrisórias as menções ao termo “direitos humanos” (9) nos releases de ambas as empresas, o que contrasta grandemente com a retórica assumida pelos movimentos e redes de movimentos relacionados à indústria extrativa mineral no Brasil (MILANEZ; SANTOS; GIFFONI PINTO, 2016). Só há uma referência direta a “direitos humanos”, feita pelo representante de relações institucionais da

[6] O vocabulário técnico perpassa não só a descrição dos impactos imediatos, mas também as soluções apresentadas pelas empresas em termos de indenização, recuperação ambiental, econômica e social. No limite, a preeminência das empresas envolvidas e a resolução dos impactos através de know-how específico significa a desconsideração e desqualificação dos saberes das populações tradicionais e originárias que foram afetadas pelo desastre, no que diz respeito à sua relação orgânica com o rio Doce e seus afluentes.

[7] Optamos pelo uso da noção de “desastre” para caracterizar o rompimento da barragem de Mariana partindo da literatura que foi produzida criticamente desde o acontecimento. O desastre ocorre no período que ficou conhecido como “pós-boom das commodities” (SANTOS, 2015), de desvalorização dos preços dos minérios após um ciclo de valorização no mercado mundial, com excesso de oferta e retração da demanda. A literatura aponta uma correlação entre estes períodos de “pós-boom” e aumento do risco de rompimento de barragens (DAVIES; MARTIN, 2000 apud MANSUR et al., 2016, p. 20).

Vale. Os outros “direitos” aos quais as empresas se referem são sempre direitos materiais, i.e., garantias de indenização; enquanto não há qualquer menção à violação de direitos humanos ou danos morais, psicológicos etc. São também ínfimas as referências à “saúde” (22), dos quais 4 resultados são sobre planos de saúde para os atingidos (sem especificar como serão atribuídos), e os demais sobre órgãos de saúde, postos e serviços. Não há menção alguma aos efeitos imediatos e futuros do desastre sobre a saúde dos grupos afetados e da população ao longo da bacia do rio Doce.

A árvore de palavras resultante da busca pelo termo “apoio”, apresentada em seguida, parece esclarecer o posicionamento da Vale, frequentemente associado às seguintes palavras: ações, Samarco, governo(s), equipes, afetados, comunidades, órgãos públicos, financeiro. A palavra “diálogo”, entretanto, aparece treze vezes nos boletins da Samarco, sempre na relação da empresa com as comunidades, a sociedade e as famílias atingidas, enquanto aparece somente duas vezes em apenas um boletim da Vale. Essa oposição de posicionamentos parece ser um demonstrativo das táticas discursivas das empresas, de modo que o “diálogo” significaria um envolvimento mais direto nas comunidades, enquanto o “apoio” simbolizaria uma tentativa de afastamento da Vale.

Estamos diante, então, do que podemos chamar de uma (vi) retórica de envolvimento, na qual ocorre uma divisão de trabalho entre duas empresas, de maneira que a Vale adota uma narrativa centrada no voluntarismo, apoiando-se em declarações recorrentes do seu “apoio”, como é possível verificar na Fig. 2; e a Samarco mobiliza uma narrativa participativa, como fica aparente nos diversos usos do termo “diálogo” ilustrados na Fig. 3.

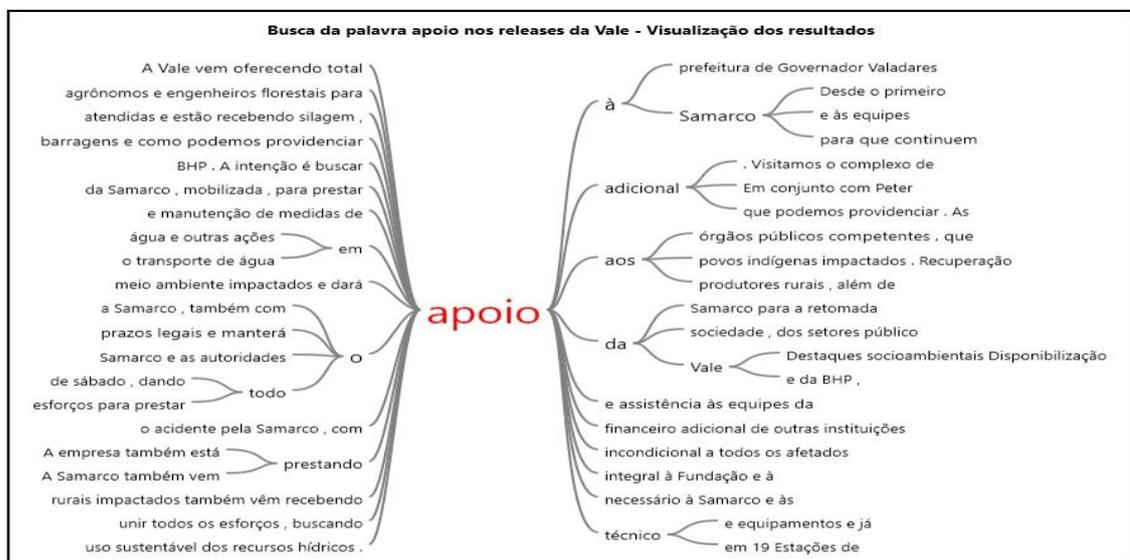


Figura 3 – Dendrograma da palavra "apoio" nos releases da Vale. Fonte: o autor

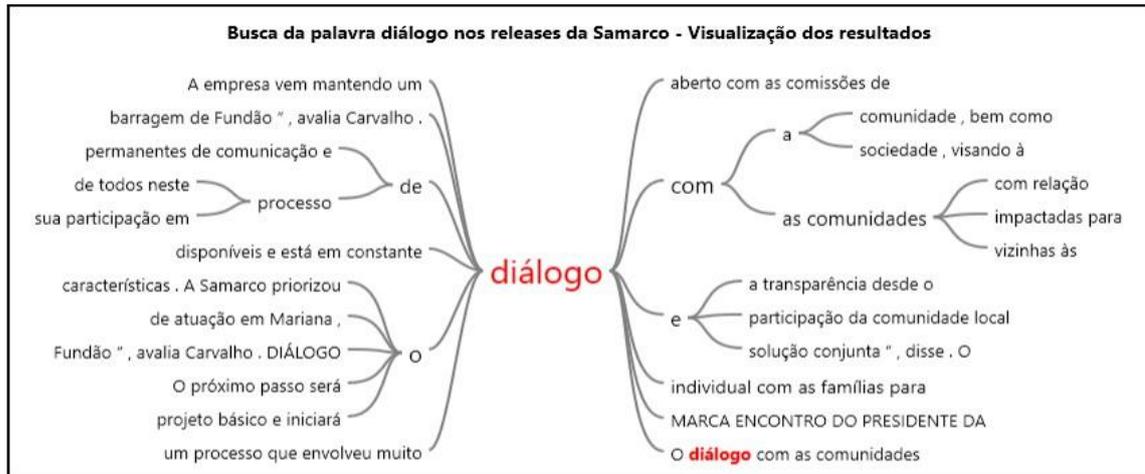


Figura 4 – Dendrograma da palavra "diálogo" nos releases da Samarco. Fonte: o autor.

5. Conclusão

Diante de tais resultados, pretendemos argumentar aqui que o posicionamento das empresas diante do desastre foi estruturado discursivamente como uma divisão do trabalho, apresentando características diferenciadas e complementares e dependendo, fundamentalmente, de um conjunto ordenado de seis retóricas acerca do fenômeno. Além disso, gostaríamos de esclarecer que as categorias utilizadas não são as únicas possíveis, talvez nem mesmo as mais precisas, já que muitas das retóricas que ressaltamos estão nitidamente atreladas umas às outras. Chegamos a essas categorias seguindo procedimentos analíticos; e buscando entender e qualificar o significado das declarações presentes nos releases à medida em que eles iam emergindo com a leitura e com o cruzamento com a análise de palavras mais frequentes. Dessa forma, de modo a aprofundar a análise e suas possibilidades de generalização, seria necessário ampliar o escopo de documentos produzidos pelas empresas com o objetivo de explicar e justificar o evento e suas consequências, ampliando o corpus investigado.

Para concluir, gostaríamos de argumentar que essa construção de discurso por parte das empresas estudadas faz parte de uma lógica que se inicia logo na sua estrutura corporativa.

Mansur et al. (2016) apresentam um detalhamento da constituição e operação da Samarco, a partir da relação entre as duas empresas que a controlam, a Vale e a BHP Billiton. Assim, a Samarco passou a ser controlada, conjuntamente, a partir do ano 2000, com o ingresso da Vale e, com essa reconfiguração, o grupo se transformou em uma non operated joint venture, em que a BHP Billiton se eximia da responsabilidade jurídica e operacional pela empresa, deixada como alçada da Vale. Além disso, conforme Santos e Wanderley (2016), no que diz respeito à sua estratégia de atuação no Brasil, a BHP Billiton Brasil Ltda. funcionaria como uma holding e como uma empresa de “atividades de estudos geológicos”. Ambos os elementos, o arranjo operacional da Samarco e a descrição das atividades da BHP Billiton no país, apontam para uma lógica de “desresponsabilização operacional”, em que as empresas mantêm uma estratégia jurídica de distanciamento das suas subsidiárias.

Em artigo que trata diretamente da importância da Fundação Renova para as estratégias empresariais da Vale, Samarco e BHP Billiton diante do desastre, Milanez e Giffoni Pinto (2016, p. 8)

argumentam que ocorre uma transferência de responsabilidades do poder público para as empresas no cuidado com os atingidos, que passa então a ser gerida pela Fundação Renova. O poder público, pleiteando a celeridade da resolução dos impactos do desastre, abre mão de processos civis e penais contra as empresas para resolvê-los por meio de termos e acordos, que, por fim, deram origem à Fundação. A partir disso, ocorre uma nova limitação de responsabilidades, já que a Fundação Renova obtém o poder de definir quem é considerado atingido pelo desastre e a que tipo de indenização tem direito.

Na tentativa de aliar análise de discurso com abordagens da sociologia econômica, buscamos entender como os releases podiam funcionar como indicadores dos conflitos e posicionamentos das empresas que os produziam, apontando para diferentes táticas discursivas. O modo como as empresas direcionaram essas estratégias permitiu demonstrar dois argumentos centrais.

O primeiro é que as táticas discursivas de ambas as empresas (Vale e Samarco) refletem a emergência de uma arena (DE SARDAN, 2005) em torno do desastre, envolvendo não apenas as empresas, mas uma série de outros atores que foram ‘empurrados’ para dentro dela. Dessa forma, à medida em que a atividade empresarial da Samarco e de suas controladoras se tornou objeto de escrutínio público, emergiu uma arena de contestação permeável aos agentes não econômicos. As empresas encontraram-se, então, vulneráveis, e suas posições de mercado passaram a depender, de modo mais explícito, de seus posicionamentos políticos e sociais, tornando centrais os recursos que tinham disponíveis para dar conta dos efeitos simbólicos do evento e suas consequências no tempo.

A segunda implicação-chave aponta para a necessidade de as empresas ‘demarcarem seu território’, gerindo adequadamente a contestação social (HOMMEL; GODARD, 2005) com vistas ao encerramento da própria arena, em uma tentativa de restituir seu domínio de atuação como um locus ‘puramente’ econômico, sem a intromissão de outros atores. Dessa forma, o trabalho apresenta uma contribuição para o debate no campo à medida em que demonstra como ação econômica da firma, embora construída e transformada socialmente, tem como objetivo a exclusão dos agentes não econômicos que, por meio da contestação social, são potencialmente disruptivos das condições de exercício do poder corporativo (SANTOS; MILANEZ, 2018) e dos processos de acumulação de capital.

Podemos, então, antever uma série de táticas de desresponsabilização, a começar pelas estruturas corporativas, a criação da Fundação Renova (SANTOS; MILANEZ, 2017) e, finalmente, a forma como a Vale e a Samarco se posicionaram discursivamente, como uma tentativa de preservar a Vale, que dependeu do posição econômica e política das empresas na arena quando do desastre.

A pesquisa abordou os posicionamentos de duas empresas – através dos seus releases, diretamente associados a um desastre ambiental –, para examinar como uma divisão de trabalho foi estabelecida entre elas para minorar os impactos negativos causados à sua imagem e atividades extrativas por parte de movimentos contestatórios (HOMMEL; GODARD, 2005), imersos em uma arena (DE SARDAN, 2005). Chegamos, então, a seis retóricas – retóricas de responsabilização, de escala, técnica, de acidente, jurídico-legal e de envolvimento –, que salientam a importância das estratégias sociais para a efetivação de objetivos econômicos por parte das firmas. Os resultados alcançados pela pesquisa estão em consonância com a literatura que investiga estratégia corporativa e

contestação social (DE JESUS SOARES, 2004; RAMALHO; SANTOS; LIMA, 2013; SANTOS; MILANEZ, 2015; SANTOS; MILANEZ, 2017; SANTOS; MILANEZ, 2018). As retóricas adotadas pela Vale e pela Samarco e a divisão de trabalho operada por elas de maneira diferenciada e complementar demonstram o modo como firmas que atuam em múltiplas escalas e territórios lidam com contestação social organizada e estrategicamente dispersa (SANTOS; MILANEZ, 2015). 

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 6º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: katosimas@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

- ARTENAREDE. **Arte da lama de Mariana**. 15 maio 2016. Disponível em: <http://artenarede.com.br/blog/index.php/arte-da-lama-de-mariana/>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- ANAZAWA, T.; BONATTI, T.; CARMO, R. L. O risco construído: reflexões sobre o desastre ocorrido em Mariana, estado de Minas Gerais, em 2015, a partir da perspectiva da relação entre população e ambiente. In: **Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016.
- ANCELOVICI, M. Esquisse d'une théorie de la contestation: Bourdieu et le modèle du processus politique. **Sociologie et sociétés**, v. 41, n. 2, p. 39, 2009.
- AQUINO, C.A.B. Contribuição das análises sociológicas do discurso às pesquisas no campo do trabalho. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, J. B. F. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Fortaleza: Projeto Editorial Práxis, 2014. p. 193-203.
- BARRY, D.; ELMES, M. Strategy Retold: Toward a Narrative View of Strategic Discourse. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 2, p. 429-452, abr. 1997.
- BENOIT, W. L. **Accounts, excuses, and apologies: a theory of image restoration strategies**. Albany: State University of New York Press, 1995.
- BRASIL DE FATO**. Exposição fotográfica promove debate sobre modelo de mineração no Brasil. 7 ago. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/07/exposicao-fotografica-promove-debate-sobre-modelo-de-mineracao-no-brasil/>. Acesso em: 21 maio 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CARNEIRO, M. S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 129-158, dez. 2012.
- CLAPP, J. The Privatization of Global Environmental Governance: ISO 14000 and the Developing World. **Global Governance**, n. 4, p. 295-316, jul. 1998.
- COSTA, A. M.; CARVALHO, J. L. F. Legitimando papéis ou conciliando interesses? A reprodução discursiva da responsabilidade social empresarial. In: **Anais do IXXX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**. Brasília: Anpad, 2005.
- CHOI, J. A content analysis of BP's press releases dealing with crisis. **Public Relations Review**, v. 38, n. 3, p. 422-429, set. 2012.
- DE JESUS SOARES, A. The Impact of Corporate Strategy on Community Dynamics: A Case Study of the Freeport Mining Company in West Papua, Indonesia. **International Journal on Minority and Group Rights**, v. 11, n. 1/2, p. 115-142, 2004.
- DEUTSCHE WELLE BRASIL**. Lama de Mariana vira arte. 4 out. 2017. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/lama-de-mariana-vira-arte/a-40749289>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FARIA J. H. e MENEGUETTI, F. Discursos Organizacionais. *In: Anais do XXV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração*. Campinas: Anpad, 2001.

G1 MG. USP registrou tremores em Minas antes de rompimento de barragens, 6 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/usp-registrou-tremores-em-minas-antes-de-rompimento-de-barragens.html>. Acesso em: 22 maio 2018.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARLOW, W. F.; BRANTLEY, B. C.; HARLOW, R. M. BP initial image repair strategies after the Deepwater Horizon spill. **Public Relations Review**, v. 37, n. 1, p. 80-83, mar. 2011.

HARLOW, W. F.; HARLOW, R. M. Compensation and Corrective Action as the BP Response to the Deepwater Horizon Incident. **Communication Research Reports**, v. 30, n. 3, p. 193-200, jul. 2013.

HARDY, C. Researching Organizational Discourse. **International Studies of Management & Organization**, v. 31, n. 3, p. 25-47, 2001.

HOMMEL, T., GODARD, O. Contestação social e estratégias de desenvolvimento industrial: aplicação do modelo da gestão contestável à produção industrial de OGM. In: Varella, M.D., Barros-Platiau, A.F. (Eds.), **Organismos Geneticamente Modificados**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 251-284.

KING, B. G.; PEARCE, N. A. The Contentiousness of Markets: Politics, Social Movements, and Institutional Change in Markets. **Annual Review of Sociology**, v. 36, n. 1, p. 249-267, jun. 2010.

MANSUR, M. S. et al. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M. e TROCATE, C. (ed.). **Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *et al.* **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Topsy-Turvy Neo-Developmentalism: An Analysis of the Current Brazilian Model of Development. **Revista de Estudios Sociales**, v. 53, n. 35, p. 12-28, 30 set. 2015.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; GIFFONI PINTO, R. Mineração e violações de direitos humanos: uma abordagem construcionista. Homa Publica: **Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas**, v. 1, n. 1, p. 130-167, 2016.

OLIVIER DE SARDAN, J.-P. **Anthropology and development: understanding contemporary social change**. London; New York: Zed Books, 2005.

PASSOS, F. L.; COELHO, P.; DIAS, A. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos Metrôpole**, v. 19, n. 38, p. 269-297, abr. 2017.

PINTO, R. G. **Dos riscos das políticas às políticas do risco: Um estudo sobre os “riscos sociais corporativos” e suas formas de gestão**. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P. DOS; LIMA, R. J. DA C. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 175-200, jun. 2013.

SAMARCO MINERAÇÃO. **Veja o esclarecimento sobre o resultado do trabalho realizado pelo Ministério Público Federal de Minas Gerais**, 20 out. 2016. Disponível em: www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/11/Veja-o-esclarecimento-sobre-o-resultado-do-trabalho-realizado-pelo-Ministerio-Publico-Federal-de-Minas-Gerais.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO. **Retorno de operações da Samarco incorpora novas soluções para tratamento dos rejeitos e busca a máxima segurança**, 7 dez. 2017. Disponível em: www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/12/release-retorno-operacoes-samarco.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

SANTOS, R. S. P. **Mineração e a conjuntura do pós-boom das commodities. Audiência Pública da Comissão Especial – PL 37/11 – Mineração Brasília 2015**.

SANTOS, R. S. P. DOS; MILANEZ, B. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 01, 26 dez. 2017.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. Poder Corporativo e Ação Econômica: reflexões a partir da mineração de ferro. **Política & Trabalho** (UFPB. Impresso), 2018.

SANTOS, R. S. P. D.; RAMALHO, J. R. Estratégias Corporativas e de Relações de Trabalho no Brasil: uma análise preliminar de 4 grupos multinacionais. *In: Anais do XIV Encontro Nacional da ABET. Campinas*: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2015.

SANTOS, R. S. P. DOS; MILANEZ, B. The Global Production Network for iron ore: materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil. **The Extractive Industries and Society**, v. 2, n. 4, p. 756-765, dez. 2015.

WANDERLEY, L. J. et al. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e sócio ambientais. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 30-35, set. 2016.

Recebido em 01/07/2018

Aprovado em 01/12/2018